

Arquitetura institucional em concreto aparente em Florianópolis/SC e suas repercussões no espaço urbano da cidade entre 1970 e 1985

Melissa Laus Mattos

Mestranda em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade

Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Florianópolis/SC, Brasil

Rua Felipe Neves, 410 Bloco B3 Apto 302 – Florianópolis – SC – CEP 88070-760

Fone: 48 3244-9413 e 48 99121987, Email: melissalmattos@gmail.com

Maria Inês Sugai

Profª Drª Arquitetura e Urbanismo FAU-USP

Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Florianópolis/SC, Brasil

Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Arquitetura e Urbanismo.

Campus Universitário – Trindade – Florianópolis – SC – CEP 88040-900

Fone: 48 37219393, Fax: (48) 37219550, Email: misugai@uol.com.br

Arquitetura institucional em concreto aparente em Florianópolis/SC e suas repercussões no espaço urbano da cidade entre 1970 e 1985

A produção arquitetônica nacional entre os anos de 1970 e 1985 é fragmento ainda pouco presente na historiografia arquitetônica brasileira. A tradição linear dos relatos históricos não guarda lugar adequado a este período de criações arquitetônicas altamente relevantes e simbólicas de uma busca por uma nova “identidade nacional” expressa também no campo do espaço construído. A tríade – Movimento Modernista, Brasília e Pós Brasília – que habitualmente capitula a história recente da arquitetura brasileira vêm relegando a produção arquitetônica – freqüentemente denominada “escola paulista” ou “brutalismo paulista” – papel de coadjuvante no cenário nacional.

Dentre as razões podemos supor, entre outros: 1) a relativa heterogeneidade da produção arquitetônica do período, ou seja, a dificuldade de reconhecimento de uma unidade (neste caso formal) que abarque suas obras; 2) a “oposição” à escola modernista carioca, subentendida a este tempo como a própria escola brasileira em arquitetura; 3) a dificuldade de atrelamento ético e teórico do movimento com o movimento do novo brutalismo inglês (embora seja comum encontrar essa associação, presente mesmo em uma de suas nomenclaturas – “brutalismo paulista” e; 4) por último, percebe-se também uma freqüente relação entre a produção arquitetônica do período com circunstâncias políticas nacionais negativas: o golpe militar de 64 e a ditadura posterior que, de certo modo, através de sua postura desenvolvimentista, foi batizar inúmeros exemplares da arquitetura institucional erguidos entre as décadas de 60, 70 e meados de 80.

Em Florianópolis, não diferente do resto do país, o estudo, a avaliação, e mesmo a crítica da arquitetura produzida neste período nunca teve vez, ainda que sejam algumas das edificações de arquitetura mais significativas na paisagem construída da cidade. Menos ainda um olhar crítico sobre sua posição de, ao mesmo tempo resultante e agente de impacto no cenário urbano da cidade.

Neste artigo apresentamos os resultados parciais de pesquisa acadêmica cujo objetivo primeiro é o de estudar e resgatar para a historiografia da arquitetura brasileira e para a história do município de Florianópolis a arquitetura institucional em concreto aparente entre os anos de 1970 e 1985, verificando ainda suas possíveis conexões com a chamada “escola paulista de arquitetura” e investigando a relação da arquitetura produzida em Florianópolis neste período com o contexto político e social do país, em particular o regime militar vigente na época. Objetiva-se, além disso, apresentar observações acerca da inter-relação entre as propostas urbanas previstas para a cidade da época e a produção desses exemplares de arquitetura.

Palavra Chave: Arquitetura Moderna, Arquitetura Institucional, Concreto Aparente

Arquitetura institucional em concreto aparente em Florianópolis/SC e suas repercussões no espaço urbano da cidade entre 1970 e 1985

1. Breve Histórico

O aparecimento do primeiro projeto relevante da arquitetura institucional em concreto em Florianópolis – a Assembléia Legislativa do Estado, projeto vencedor de concurso em 1957, sob autoria de Paulo Mendes da Rocha, Pedro Paulo de Melo Saraiva e Alfredo Paesani – coincide com o tempo das primeiras experiências na cidade de planejamento urbano, tal como o conhecemos hoje. No início da década de 50 o município contratou uma equipe de arquitetos ligados à prefeitura de Porto Alegre, que elaborou um plano diretor para o perímetro urbano de Florianópolis, tornado lei em 1954. Quinze anos depois foi elaborado outro plano (escrito em 1969 e tornado lei em 1976) que acabou por vigorar até 1995. Ambos os planos, no entanto, têm em sua raiz a importação de conceitos modernistas de zoneamento funcional e a idéia de progresso.

Foi no período de vigência do plano de 76 que se proliferaram os novos prédios administrativos na cidade. O contexto sócio político tinha como característica mais marcante a ditadura militar instalada no país desde 64 e sua ideologia desenvolvimentista e de modernização. Neste período Florianópolis vivia uma grande defasagem entre seu desenvolvimento urbano e os elementos para seu controle. A elaboração de um novo plano diretor seria à época um “vetor” de mudança sócio-econômica.

“Corresponde ao período desenvolvimentista do início da década de setenta, quando as determinações técnico-econômicas predominavam e todo o espaço passa a ser enquadrado numa lógica estritamente funcional e estratégica. Se o plano anterior buscava o equilíbrio na distribuição das funções, este caracterizava-se pela clara atribuição funcional aos diversos setores espaciais. Buscava a integração com a rede urbana, atribuindo ao aglomerado urbano de Florianópolis em papel específico, já sugerido pela sua condição de capital: ela devia tornar-se um grande centro urbano-industrial portuário” (VAZ, 1991:57)

A elaboração deste novo plano diretor fica a cargo do ESPLAN (Escritório Catarinense de Planejamento Integrado), que adota o conceito da arquitetura e urbanismo modernos como meios para a criação de novas formas de associação coletiva, em outras palavras, as premissas da cidade funcional, ditadas no IV CIAM. Previa para Florianópolis, entre outras coisas, um claro zoneamento funcional, a construção de um porto e uma nova ponte ligando a ilha e o continente que ia dar em uma grande área aterrada e ocupada por grandes edifícios modernistas de caráter basicamente administrativo.

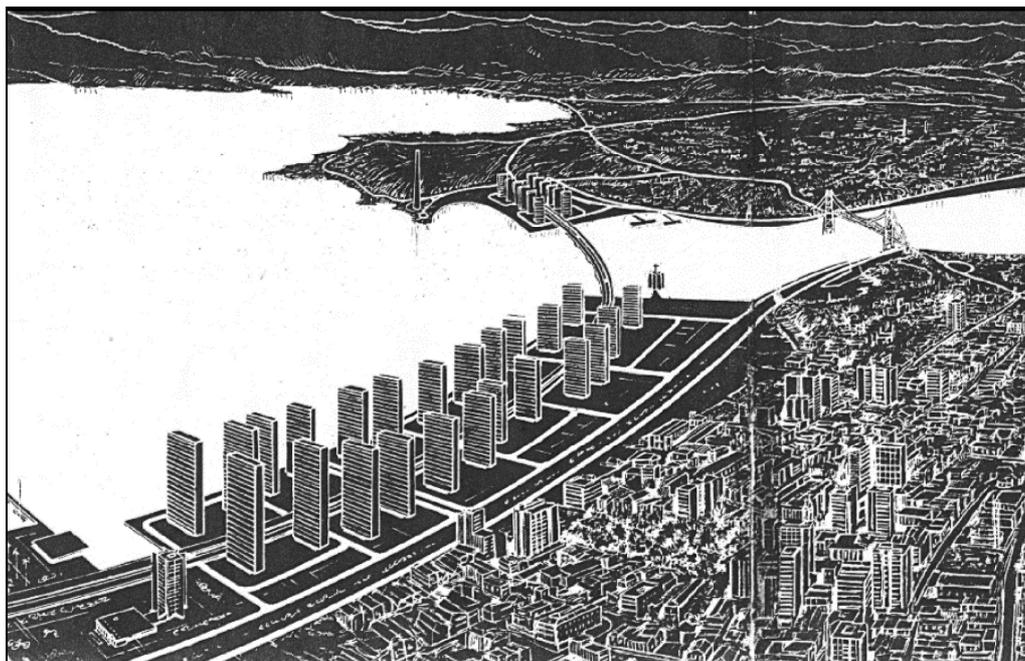


Figura 1 - Perspectiva do Plano Diretor de Florianópolis de 1969 (tornado lei em 1976).
Fonte: ESPLAN. Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis.

Pouco do plano foi posto em prática. O porto nunca foi construído, o zoneamento não se implantou com tanto impacto, mas o aterro foi construído e recebeu a nova ponte, projeto do arquiteto Pedro Paulo de Melo Saraiva. Saraiva foi responsável à época pelo planejamento físico da parte urbana da cidade, e foi através de seus projetos que Florianópolis viu construído o primeiro exemplar dessa nova arquitetura que se implantava na cidade: o edifício do Palácio da Justiça, erguido no fechamento da perspectiva do aterro da Baía Sul.

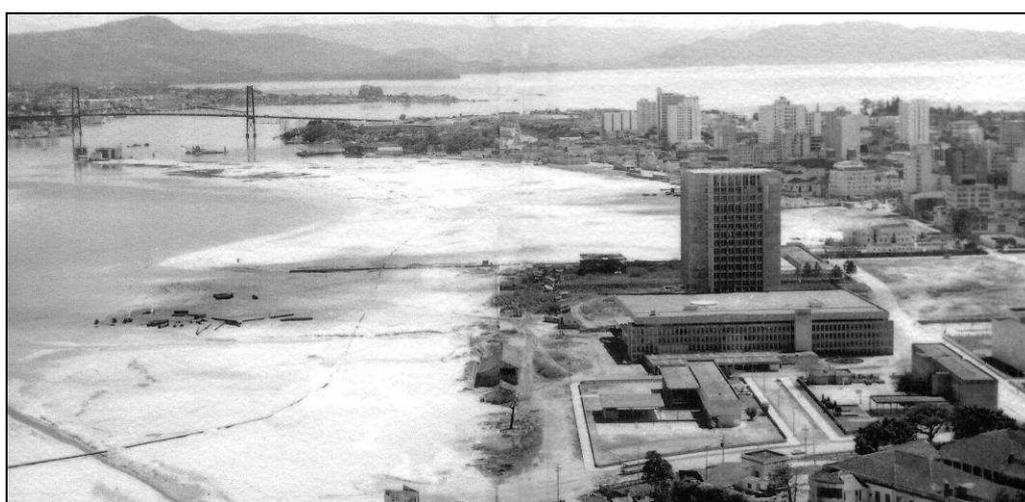


Figura 2 - Palácio da Justiça e Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina ao final da área aterrada ainda em obras. Fonte: Acervo do Palácio da Justiça.

Muito embora Saraiva já em 1957 tivesse vencido concurso de projeto para a Assembléia Legislativa do Estado, feito em parceria com Paulo Mendes da Rocha e Alfredo S. Paesani (proposta nunca construída, que previa a verticalização da ocupação já nesta época), é com seu projeto para o Palácio da Justiça, de 1970, que vai se introduzir na arquitetura de Florianópolis alguns dos elementos da gramática construtiva habitualmente relacionada a “escola paulista” de arquitetura. Esses elementos irão se repetir na grande maioria dos exemplares da arquitetura institucional em concreto na cidade: a estrutura externa e aparente, uma planta com um núcleo “duro” de serviços e uma periferia em planta livre, o uso do concreto aparente, a simetria bilateral das plantas e uma eficiente distinção funcional nos espaços.

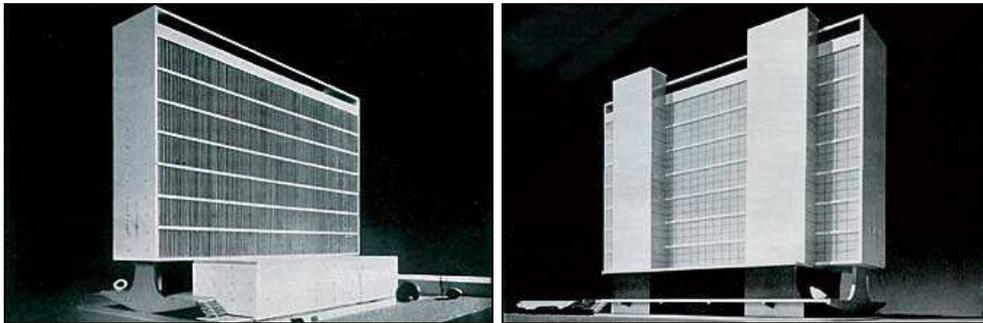


Figura 3 - Imagens da maquete do projeto vencedor do concurso para a sede da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 1957 - Saraiva, Mendes da Rocha e Paesani. (Nunca construído). Fonte: Revista Projeto Design, nov. 2007.

Na década de 70 junta-se a esta tradição da “escola paulista” a influência da escola de arquitetura gaúcha, sobretudo na atuação do escritório “Liz, Cassol, Monteiro Arquitetos Associados”, que vai ser responsável por boa parte da arquitetura institucional nesses moldes na ilha. No final da década entra na mistura a influência da arquitetura uruguaia (que já se fazia indiretamente através da escola gaúcha) pela atuação dos arquitetos Enrique Hugo Brena e Yamandu Carlevaro que introduziram também o estudo em pré-fabricação em concreto e argamassa armada.



Figura 4 - Terminal Rodoviário Rita Maria - Enrique Brena e Yamandu Carlevaro. Esq: Acesso público. Fonte: Autora (2005). Dir: Montagem da cobertura em argamassa armada - Déc. 1980. Fonte: Acervo do Terminal Rodoviário Rita Maria.

Cabe observar que, assim como boa parte do país, Santa Catarina só foi ter sua primeira escola de arquitetura já em finais dos anos de 1970. Em 1977, especificamente, tendo sua primeira turma formada apenas em 1982. Desta maneira, toda a arquitetura produzida oficialmente no Estado ficava a cargo de profissionais formados em outros Estados, em particular Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo e Rio de Janeiro.

Na década de 80 as novas obras já começam a apresentar frisos e ornamentações, abandonando lentamente a limpeza estrutural das edificações. A década de 90, por sua vez, presencia o fim dessa corrente em Florianópolis. A morte do estruturalismo filosófico, duas décadas antes, bem como o advento do pós-modernismo historicista, vai indicar novos rumos à arquitetura na capital, e mesmo arquitetos antes filiados àquelas tendências vão partir para experiências completamente diversas.

2. Objetivos da pesquisa

Frente a este quadro geral, foi objetivo primeiro desta pesquisa estudar e resgatar para a historiografia da arquitetura brasileira e para a história do município de Florianópolis a arquitetura institucional entre os anos de 1970 e 1985 - projetadas sob influência da chamada "escola paulista" - e investigar suas possíveis conexões com os conceitos de Brutalismo em arquitetura, inserindo assim a produção arquitetônica local no cenário nacional e relacionando-a a produção internacional deste período tão relevante mundialmente em termos históricos, filosóficos e políticos.

Para tanto, além de pesquisa bibliográfica sobre o momento histórico do país e do município à época destas produções, lançamos mão também da realização de estudos de caso de edificações significativas tanto por sua força simbólica, quanto por sua presença formal e programática, como por seu destaque na arquitetura da ilha de Santa Catarina. Através destes estudos buscamos também investigar a possível relação entre a arquitetura institucional/administrativa produzida em Florianópolis entre 1970 e 1985 com os princípios éticos e estéticos da chamada "escola paulista", aprofundar conhecimentos e discutir sobre a validade da utilização do termo "brutalismo" na classificação das edificações estudada e investigar a relação da arquitetura produzida em Florianópolis neste período com o contexto político e social do país, em particular o regime militar vigente na época.

Além destes temas, especial atenção é dedicada ao estudo da inter-relação entre as propostas urbanas previstas para a cidade da época e a produção desses exemplares de arquitetura institucional /administrativa e seu papel de impulsor (não formal, mas político) de vetores de ocupação do espaço do município e o resultado espacial subsequente.

3. Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos, foi adotada metodologia mista de pesquisa, unindo fontes de caráter primário – entrevistas semi estruturadas com os arquitetos, levantamentos arquitetônicos e fotográficos dos edifícios eleitos como estudo de caso – e fontes de caráter secundário, através de estudo bibliográfico dividido em três momentos:

1 - Pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica, tendo por base inicialmente as discussões sobre arquitetura brasileira entre os anos de 1970 e 1985, as bases éticas e estéticas da chamada “escola paulista” e aprofundamento da análise das obras desta ‘corrente’ arquitetônica e seus principais arquitetos, bem como literatura dedicada às questões da ocupação do espaço urbano e as ações públicas de que são resultado.

2 - Pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica voltada para os conceitos de Brutalismo em arquitetura, suas derivações no cenário internacional e a discussão sobre a possível influência na “escola paulista”.

3 - Pesquisa bibliográfica local, referente ao contexto histórico-político-urbano da cidade no período de implantação dessas arquiteturas (planos diretores, discussões sobre planejamento urbano local, publicações, etc.).

4. Discussão

Apresentaremos na seqüência uma síntese das discussões levantadas no decorrer da pesquisa, com especial ênfase na caracterização da arquitetura institucional em concreto aparente em Florianópolis dentro do chamado Brutalismo, e na localização dessas edificações e sua conseqüência na construção do espaço urbano de Florianópolis.

4.1 Ser ou não ser Brutalista?

O movimento brutalista, ou novo brutalismo, surge com este nome na Inglaterra em 1955 com a publicação do manifesto brutalista por Alison e Peter Smithson. Sua base ética fundava-se no respeito à “integridade, responsabilidade, verdade, objetividade, justa expressão do material, da construção e ausência de revestimentos.” (BARONE, 2002).

Neste sentido, “integridade” e “responsabilidade” estavam relacionadas ao comprometimento do arquiteto com a sociedade, a cidade e sua estrutura. Como “verdade” entendiam o emprego de modos de construção que se evidenciassem através dos materiais e estruturas adotados.

“O material se usava como se encontrasse; a justa expressão do material era a clara expressão das técnicas construtivas e dos esforços de cada elemento estrutural empregado. Para os Smithsons, a lógica de pensamento e projeto poderia se manifestar no exterior, através da disposição espacial, da construção, dos materiais. Interessava a objetividade, de modo que a expressão do projeto viesse daquilo para que o edifício servia, e não do gênio pessoal do autor. A imagem seria importante à medida que traduzisse para o observador o edifício.” (BARONE, 2002).

O uso dos materiais e dos sistemas construtivos “as found” expressa pelos Smithson vinha de uma necessidade de contrapor o padrão populista da arquitetura oficial. Era, portanto, um preceito ético. Longe da apropriação puramente estética que foi a que se reproduziu em maior escala e veio influenciar mesmo o Brasil e a escola paulista.

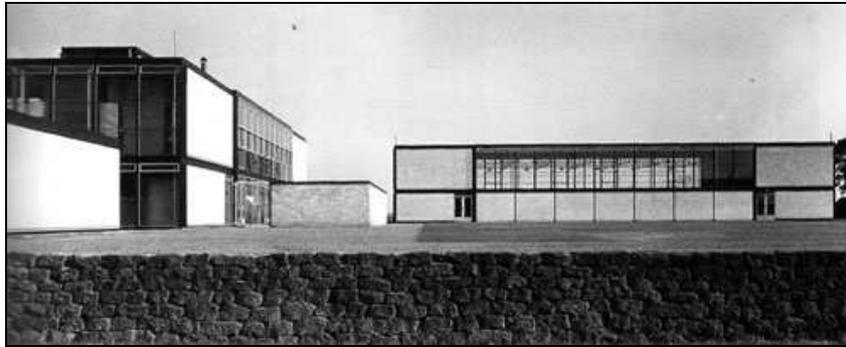


Figura 5 - Escola secundária de Hunstanton, 1949-54 - Alison e Peter Smithson. Fonte: www.archiphoto.it

Vilanova Artigas, um dos maiores expoentes da escola paulista chega mesmo a contestar essa influência:

“As últimas residências que Carlos Millan construiu em São Paulo revelam uma tendência para o que a crítica, em especial a européia, chama de Brutalismo. Um Brutalismo brasileiro, por assim dizer. Não creio que isto se justifique de todo. O conteúdo ideológico do Brutalismo europeu é bem outro. Traz consigo uma carga de irracionalismo tendente a abandonar os valores artísticos da arquitetura, de um lado, aos imperativos da técnica construtiva que se transforma em fator determinante... Na obra de Millan, o uso dos materiais despidos é deliberadamente simples é a abertura de uma perspectiva de avanço técnico” (ARTIGAS, 88:78).

Fernando Freitas Fuão, em seu artigo “Brutalismo, a última trincheira do movimento moderno”, afirma:

“É literalmente curioso observar que em toda a grande produção arquitetônica brasileira dos anos 60-70 com características descaradamente brutalista; seja em seu sentido ético social de uma busca pelos aspectos culturais de identidade, ou seja, exatamente pelo código estético de utilização de materiais (concreto bruto, tijolos à vista, instalações aparentes, destaque das caixas d’água, destaque volumétrico de elevadores e escadas); não se faça referência ao vocabulário formal e teórico dos Novos brutalistas. O discurso girava sempre em torno a descrição simplista do projeto, dos materiais, da criatividade estrutural, exaltava o aspecto revolucionário do programa, a organização não convencional da casa, a fluidez e polivalência dos espaços, a simplicidade e a “pobreza” adequada dos materiais.” (FUÃO, 2000).

Cabe observar que a discussão acerca do significado do termo Brutalismo e suas diversas acepções (Brutalismo Corbusiano, Brutalismo Britânico, Brutalismo como estilo, definido por Banham, Novo Brutalismo, entre outros) não é objetivo direto desta pesquisa. As diferenças conceituais e, sobretudo, o distanciamento do que usou chamar de Brutalismo no Brasil¹, nos afastam também da utilização deste termo na classificação das obras estudadas em Florianópolis.

A influência que se pode notar na expressão arquitetônica dos edifícios em concreto aparente em Florianópolis a partir de meados da década de 60, enquanto relação com Brutalismo é, por assim dizer, de segunda mão, diluída no discurso da convencionalizada “escola paulista” ou respingo da influência uruguaia na formação arquitetônica dos arquitetos graduados no Rio Grande de Sul, e que vieram a assinar boa parte dessas obras.

4.2 A localização das obras

Florianópolis enfrentou, historicamente, uma série de dificuldades para sua consolidação como centro urbano e como capital do estado de Santa Catarina. Desde sua fundação como Vila de Nossa Senhora do Desterro até meados do século XX, muitas foram as idas e vindas das políticas locais e nacionais que acabaram por manter a cidade à margem do centro político e econômico brasileiro.

Vaz (1991) aponta dois períodos históricos como os de maior impacto na paisagem local: o primeiro período seria a segunda metade do século XIX, com o crescimento da atividade portuária,

¹ O uso do termo Brutalismo para designar a arquitetura em concreto aparente no Brasil de meados da década de 1950 até meados da década de 1970, ganhou uso generalizado e acrítico tanto em meios editoriais quanto acadêmicos. Apesar da enfática negação do movimento por parte dos principais atores dessa arquitetura no Brasil, encontramos até mesmo a definição de “Brutalismo Caboclo”, atribuída a Sérgio Ferro e extensamente divulgada em publicações de arquitetura. A prof^a e arquiteta Ruth Verde Zein em sua tese “A Arquitetura da Escola Paulista Brutalista -1953 – 1973”, desenvolve profunda discussão sobre a “indefinição, sobre definição e atributos do termo Brutalismo” e adota, por fim, o termo Brutalismo ao referir-se à arquitetura da chamada “escola paulista” neste período, enfatizando, no entanto, o caráter estilístico da expressão.

impulsionada pela imigração europeia para fins de ocupação territorial, que dinamizou as atividades de importação e exportação dos produtos regionais (farinha de mandioca, milho, feijão e arroz).

O segundo período histórico referido data de meados do século XX, particularmente os anos entre 1950 e 1970, marcados no país pela “transferência da hegemonia política para um setor social dominados pelos interesses do capital internacional (...) cuja consequência é a formação das classes médias urbanas e a ampliação do [setor] terciário” (VAZ, 1991: 32), e a introdução de um modelo de integração de rede urbana.

A partir da década de 50 o Estado adota ações – por meio da elaboração de planos urbanos, alteração de legislações de uso e ocupação do solo, implantação de equipamentos urbanos e grandes intervenções viárias – que vão reforçar a ocupação das regiões sob posse das elites locais que vão repercutir fortemente na estrutura urbana de Florianópolis.

Dentre essas ações cabe citar o Plano Diretor de 1952 (tornado lei em 1955) que, na contramão do processo de consolidação da cidade como centro administrativo exclusivamente, propunha a adoção de atividades industriais “modernas e dinâmicas”. Além disso, o plano propunha a construção de um novo porto como “fator importante para seu desenvolvimento econômico” (PAIVA, 1952), a construção de uma avenida em direção ao norte da península (futura av. Beira Mar), e a instalação de uma cidade universitária na área do atual aterro da Prainha, abrangendo, deste modo, com o plano, todo o limite urbano em vigor até então.

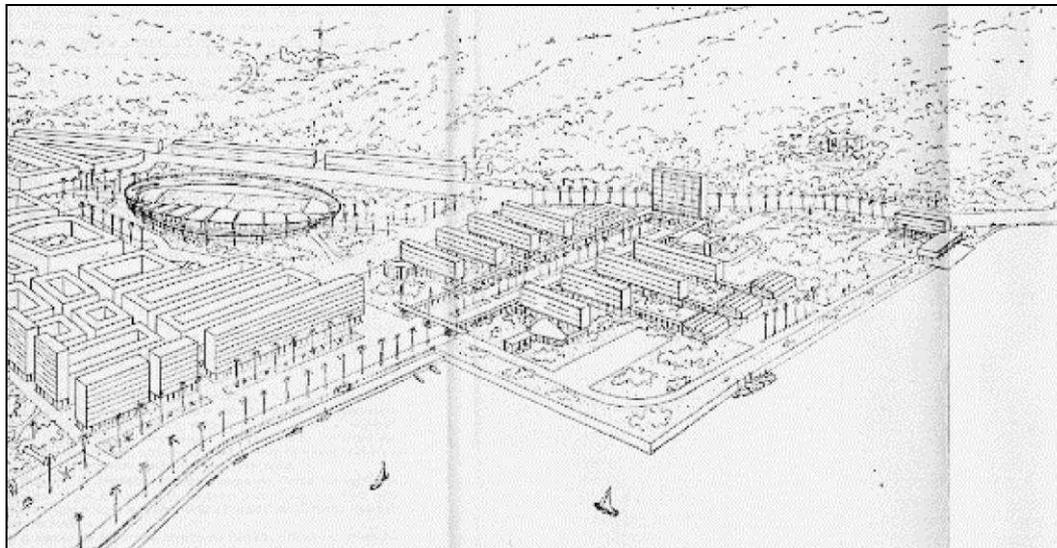


Figura 6 - Ilustração do Plano Diretor de 1952 - Vista do projeto de ocupação da Baía Sul.
Fonte: PAIVA, Edvaldo, RIBEIRO, Demétrio e GRAEFF, Edgar. Florianópolis : Plano Diretor.
Porto Alegre : Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 1952.

Pouco do plano foi posto em prática, como a construção, quase 15 anos depois, da av. Beira Mar Norte (pavimentada em 1969). Cabe observar, no entanto, que a proposta de implantação da cidade universitária na região da Prainha foi objeto por anos de uma extensa e acirrada disputa

política regional, sendo vencida uma década depois pelo grupo que desejava sua implantação no interior da península.

“[A] atração pelos balneários situados ao norte e a leste da ilha impulsionava e direcionava o eixo de expansão das áreas residenciais das camadas de mais alta renda, que se desenvolviam na área norte da península. Os bairros situados à nordeste-leste da área urbana central, em especial a Agrônômica e a Trindade, constituíam-se, portanto, na ‘passagem’ para aqueles balneários e no eixo ‘natural’ de expansão urbana. A implantação do campus universitário da UFSC na Trindade constituiu-se, portanto, numa intervenção que procurava marcar a área como futuro local para ocupação e expansão das elites, evitando intervenções que viessem a desvalorizar a região, como aquelas efetuadas ali em décadas anteriores (cemitério, penitenciária, aterro sanitário, etc.) Tratava-se (...) da abertura de novas frentes para o capital imobiliário” (SUGAI, 1994: 90)

Pode-se observar também, através da polêmica sobre a implantação da universidade, que já neste período nasce a idéia – hoje enaltecida – da vocação da cidade como berço de atividades acadêmicas e de desenvolvimento tecnológico: atividades “limpas” e que alimentariam uma população de mais alto nível de educação e conseqüentemente de maior renda.

Na década de 60, o desenvolvimento passa a ser um objetivo estratégico de escala nacional, sobretudo após 1964, com o golpe militar e a “centralização de decisões, recursos públicos e monitoramento das aplicações com repercussão espacial nas mãos do governo federal” (VAZ, 1991:46). É a partir deste período, até o final da década de 70, que se dá o ápice do processo de ampliação das funções do Estado, iniciado na década de 30.

“A enorme expansão do Estado ocorreu de várias formas, com a criação de empresas estatais, atuando diretamente no setor produtivo, a criação de um complexo sistema financeiro, como órgão arrecadador e investidor e através da criação de órgãos de pesquisa e assistência à produção, entre outros. Em nenhum outro momento da história do Brasil ocorreu um aumento tão grande do aparelho de Estado.

Uma das conseqüências da política de governo de ampliação e centralização das funções do Estado, foi o aumento do número de órgãos públicos, tanto estaduais como federais. O aparelho de Estado em Santa Catarina representado pela criação de novos órgãos públicos, teve um crescimento extraordinário, nas décadas de 60 e 70. Nesse período, foram criados quase 60% do total de órgãos públicos estaduais surgidos ao longo dos últimos 100 anos.” (FACCIO, 1997: 179)

Sem desconsiderar a ação estatal em períodos anteriores, deve-se notar alguma diferença nas ações do Estado neste novo período. Neste, as ações de Estado passam por profundas modificações que vão possibilitar um maior poder de intervenção enquanto suporte ao enriquecimento privado em Santa Catarina. Não por acaso, a este tempo se dá um grande crescimento do capital industrial catarinense, que vai repercutir decisivamente na configuração urbana regional e na consolidação dos centros produtivos regionais que perduram até hoje.

Florianópolis, em específico, vai ser a sede de todo esse novo aparato institucional, o que lhe impõe, juntamente com o advento da política rodoviária (que lhe liga em definitivo com o restante do estado), um novo ritmo de crescimento urbano.

Em termos de distribuição no território, as novas instituições administrativas vão se distribuir basicamente em três regiões. Em primeiro lugar o centro da cidade, sobretudo na periferia da praça XV de Novembro, alavancando o processo de verticalização do centro de Florianópolis. As sedes dos poderes executivo, legislativo e judiciário, ao contrário, se deslocam de seu tradicional centro às margens da praça em direção ao aterro da Prainha, na nova praça cívica Tancredo Neves. Outras empresas estatais vão ser instaladas ou transferidas para a região lindeira ao também recém instalado campus da Universidade Federal de Santa Catarina, na Trindade. Dentre estas podemos citar a Eletrosul (1978), a Empasc (1977), o centro de treinamento do BESC (1979), a TELESC (1976), além de muitas outras.



Figura 7 - Algumas das sedes administrativas do governo transferidas para o Centro Cívico Tancredo Neves, no aterro da Prainha. Todas em concreto aparente. Da esq. pra dir: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Fonte: Autora, 2007. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Fonte: Autora, 2007. Palácio da Justiça Ministro Luiz Galotti. Fonte: Acervo Tribunal de Justiça.

A implantação de todo esse imenso aparato estatal e a necessidade de atendimento com infraestrutura para essa grande população de técnicos, professores e administradores que migraram para Florianópolis, em particular para a região da Trindade, leva à execução de obras de melhoria de acessibilidade a este bairro, abrindo caminho definitivo para a expansão da cidade em direção ao norte.



Figura 8 - Algumas das empresas estatais instaladas nos bairros lindeiros à UFSC. Da esq. pra dir.: TELESC. Fonte: Autora, 2005. CELESC. Fonte: Autora, 2005. ELETROSUL. Fonte: Autora, 2005

Cabe observar também que a presença dessa grande máquina estatal e seu corpo funcional vão ser os grandes alavancadores do crescimento de todo o entorno da região da UFSC, com a criação de bairros residenciais que atendessem essa população, como o Santa Mônica, e o desenvolvimento dos bairros da Trindade, Pantanal, Córrego Grande e Carvoeira.

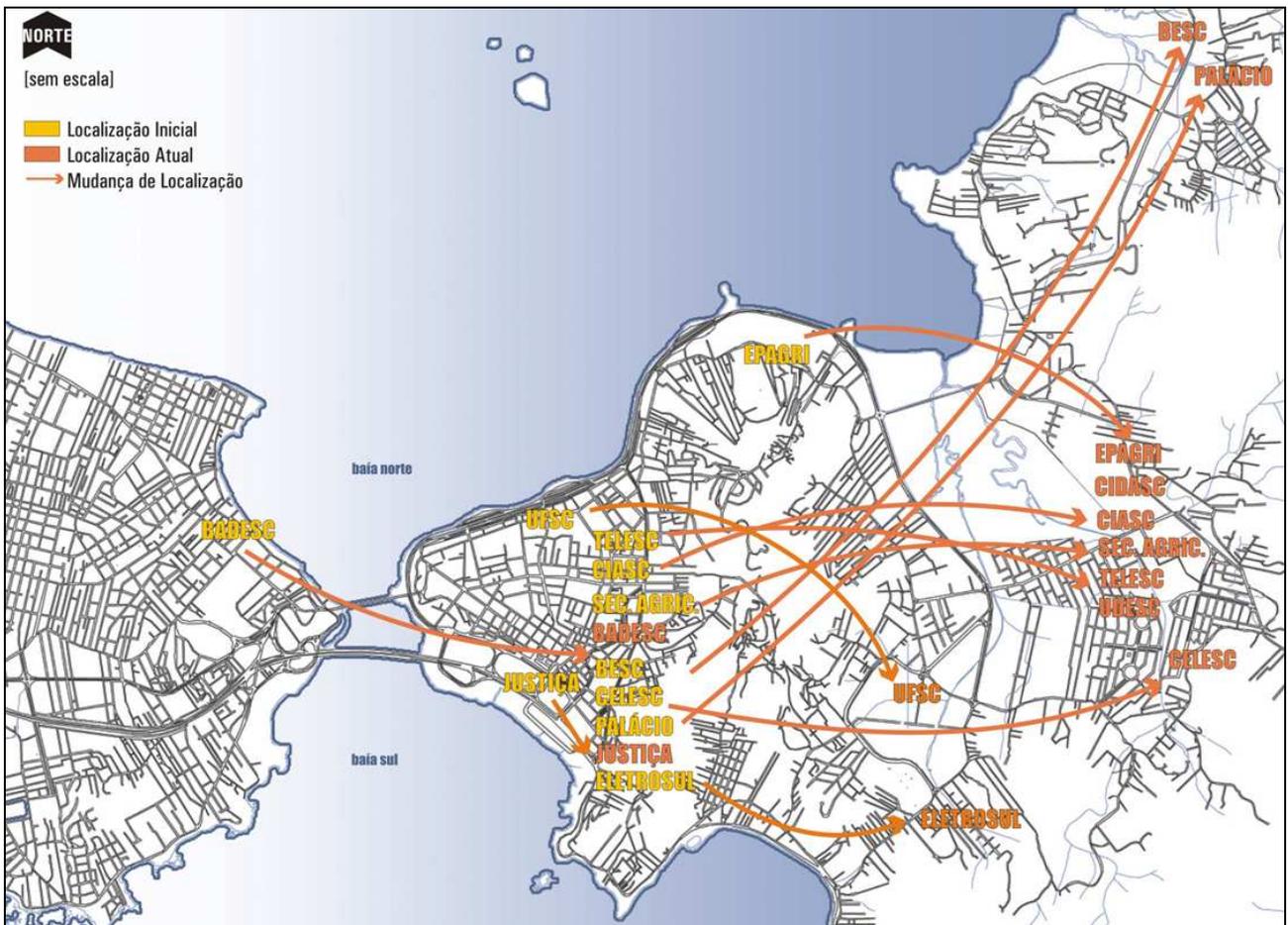


Figura 9 - Mapa das localizações iniciais e atuais das principais empresas estatais e órgão administrativos Estaduais e Federais. Baseado em SUGAI, 1994 e FACCIO, 1997.

Outra observação relevante acerca da influência das ações estatais mediante implantação de sua instituições em Florianópolis, se refere a “coincidência” entre a ação incisiva do Estado na cidade e a forte política das elites locais de busca de consolidação da cidade como capital de Santa Catarina.

“Na segunda fase do período rodoviarista (...) implantaram-se progressivamente grandes obras infra-estruturais de transportes rodoviários, com as rodovias BR 101 (litorânea) e BR 407 (buscando o interior) no âmbito federal; pavimentaram-se rodovias estaduais e ampliaram-se os serviços de transportes. (...) Florianópolis continuou a receber recursos estaduais e federais para a manutenção de seu status de capital.

Os anos setenta foram para a capital o coroamento do período do ‘milagre’ ao receber grandes obras como o aterro da baía Sul, a ponte Colombo Sales, a avenida Beira Mar Norte [n.d.a. Via de contorno norte, em adição a Av, Beira mar já implantada], as ligações com os balneários, etc.” (VAZ, 1991:51)

Se, como vimos, nas décadas de 60 e 70 a atuação estatal mediante implantação de um número de instituições administrativas, juntamente com o *boom* rodoviarista, é quem vai causar os reflexos mais visíveis na configuração urbana da capital, nas décadas seguintes é a atividade turística que vai ocupar esse papel.

5. Conclusões

Apesar da arquitetura institucional em concreto aparente produzida em Florianópolis entre as décadas de 1970 e meados de 1980 ser das mais expressivas erguidas na capital catarinense, até hoje não lhe coube lugar na historiografia local, tanto enquanto patrimônio arquitetônico da cidade em si mesmo, quanto como representante de um dos períodos de maior transformação da paisagem urbana da cidade.

Essas arquiteturas, além de expressivas formalmente e de grande impacto na paisagem até os dias de hoje, são também simbólicas de um momento de início da consolidação de um rumo político, administrativo e de distribuição espacial, já esboçado para a cidade décadas antes através do primeiro plano diretor do município. As idéias de zoneamento funcional e arquiteturas administrativas e institucionais que fossem marcos na paisagem e ricos em simbolismo de poder foram, igualmente neste período, abraçadas pelo governo militar que comandava o país desde o golpe de 1964.

Em termos formais e programáticos, esses edifícios podem ser considerados também como as mais bem sucedidas experiências de introdução de conceitos modernos (tanto em termos éticos quanto em termos tecnológicos) na arquitetura local.

Ademais, as estratégias de localização e implantação de toda uma nova rede de instituições e empresas estatais foram, como pudemos destacar no artigo apresentado, responsáveis por fortes impulsos na definição de políticas públicas destinadas as melhorias estruturais e, por conseguinte, na definição de vetores de crescimento e desenvolvimento das regiões da ilha em que foram implantadas.

Deste modo, buscamos por meio deste artigo demonstrar a relevância da pesquisa proposta, não apenas no sentido de seu resgate para a historiografia local, mas também para contribuir com a construção de um quadro geral que represente esse período de extrema importância para a história social e arquitetônica do país, e que ainda não recebe a atenção merecida.

6. Referências Bibliográficas

- ARTIGAS, Vilanova. "**Em branco e preto**", in: AU, arquitetura e urbanismo, n. 17, abr.-maio 1988, p. 78.
- BARONE, Ana Cláudia Castilho. **Team 10 – Arquitetura como Crítica**. São Paulo : Annablume, 2002.
- FACCIO, Maria da Graça Agostinho. **O Estado e a Transformação do Espaço Urbano: A Expansão do Estado nas Décadas de 60 e 70 e os Impactos no Espaço Urbano de Florianópolis**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Florianópolis: UFSC, 1997.
- FUÃO, Fernando Freitas. **Brutalismo, a última trincheira do movimento moderno**. Arqtextos, 036. Dezembro 2000.
- DESIGN, Projeto (Ed.). **Auditório dialoga com projeto da década de 1960: Ampliação e readequação da Assembléia Legislativa de Santa Catarina**; projeto de reforma. Projeto Design, São Paulo, n. 333, p.56-65, nov. 2007. Mensal.
- SUGAI, Maria Inês. **As Intervenções Viárias e as Transformações do Espaço Urbano**. A Via de Contorno Norte. Vol. 1. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1994.
- VAZ, Nelson Popini. **O Centro Histórico de Florianópolis – Espaço Público do Ritual**. Florianópolis: FCC ed. / ed. da UFSC, 1991.